

“Passado como terra estrangeira”: a trajetória do historiador e da historiografia sobre o período colonial

Entrevista com Adriana Romeiro

Adriana Romeiro é doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisadora do CNPq e professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 1996. Fez pós-doutorado na Universidade de São Paulo, na Universidad Autónoma de Madrid e na Universidade Estadual de Campinas. Investiga, entre outros, o estudo do imaginário político em Minas Gerais no século XVIII, a história da administração colonial, as relações de poder no âmbito do Império português e a circulação de manuscritos na América Portuguesa. Seus últimos trabalhos versam sobre a história da corrupção no mundo ibérico.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5770163575971742>

Entrevista concedida via correio eletrônico ao mestrando José Arthur Pereira Landrim da Silva, do Programa de Pós-graduação em História da UFMG e membro da Comissão Editorial da Revista Temporalidades gestão 2025/2026.

[Revista Temporalidades]: Ao longo de sua extensa trajetória acadêmica e carreira docente, você acompanhou diferentes gerações de estudantes e pesquisadores interessados na história da América Portuguesa. Se compararmos o cenário atual com aquele de vinte anos atrás, como você avalia o interesse dos jovens pesquisadores por esse campo? Quais temas, abordagens e problemas de pesquisa ganharam mais centralidade recentemente, e como interpretar, ao mesmo tempo, a percepção de uma diminuição do interesse pela história colonial em comparação com o destaque que essa área teve em anos passados?

[Adriana Romeiro]: Quando ingressei no Departamento de História da UFMG, em 1996, os estudos de história colonial viviam um dos seus momentos mais ricos. O Departamento era uma referência

internacional na área, e contava com nomes como Carla Anastasia, Júnia Ferreira Furtado, Douglas Cole Libby e Adalgisa Arantes Campos, aos quais vieram se juntar, depois, Eduardo França Paiva e Luiz Carlos Villalta. Nos concursos para o mestrado e doutorado, a grande maioria dos projetos dizia respeito à história colonial. Havia, inclusive, um debate no Programa de Pós-graduação sobre se deveríamos ou não abraçar essa ênfase nos estudos coloniais como uma identidade da nossa pós-graduação. Nos últimos quinze anos, esse cenário sofreu uma mudança: áreas como História da África e História Contemporânea têm, cada vez mais, concentrado o interesse dos estudantes. Penso que a história deva responder às perguntas postas pela sociedade – e, naturalmente, essas perguntas vão mudando ao longo do tempo. Hoje, há uma certa urgência em se conhecer melhor a experiência da escravidão a partir de uma perspectiva africana; e também revisitar o período da ditadura militar. Talvez num futuro próximo a história colonial volte a ter o protagonismo do passado. O Brasil dos nossos dias somente pode ser entendido à luz dos primeiros séculos de sua história, e há muito ainda a se estudar sobre esse longo período.

[R.T.]: Para estudantes e jovens pesquisadores que desejam ingressar nos estudos sobre a América Portuguesa, quais caminhos você considera mais importantes hoje? Que leituras, experiências de pesquisa e preocupações metodológicas seriam fundamentais para quem está começando a investigar a história colonial brasileira?

[A.R.]: Minha sugestão é que comecem pelos autores clássicos. A história colonial é um campo bem consolidado, construído ao longo de mais de um século por historiadores muito competentes. Acredito que essa historiografia, ao lado dos estudos sobre a escravidão, tem uma qualidade extraordinária, que a coloca no mesmo patamar das grandes obras de história produzidas no exterior. É fundamental conhecer os debates específicos de cada área, a filiação teórica dos autores, a forma como os argumentos são construídos... Para além do domínio dos clássicos, é preciso ter paixão pelo arquivo. O contato com as fontes é uma das dimensões mais fascinantes do nosso ofício – hoje infinitamente facilitado pela disponibilização on-line dos acervos. Esse trabalho miúdo e moroso de leitura dos documentos é que nos permite confrontar os modelos consolidados, questionar os consensos historiográficos, iluminar outras possibilidades analíticas... Enfim, lançar um novo olhar sobre os velhos problemas e redescobrir novos!

[R.T.]: Para muitos pesquisadores mais jovens, você representa uma geração de historiadores que ajudou a renovar os estudos coloniais no Brasil e o próprio campo docente. Como você enxerga o papel da formação intelectual e da convivência acadêmica na construção de novas gerações de historiadores?

[A.R.]: Essa é uma das dimensões mais gratificantes da carreira de um historiador. Formei muita gente que hoje atua em universidades públicas — e que, por sua vez, está formando novos pesquisadores. Os mais velhos têm uma experiência a ser compartilhada com as novas gerações. Cada vez mais eu reflito sobre como o ofício do historiador envolve um conhecimento técnico específico, um aprendizado da pesquisa histórica que abrange desde aspectos mais básicos, como transcrever um documento, até questões teórico-conceituais. Há alguns anos eu ofereci uma disciplina na pós-graduação, com o título era Pesquisa e produção de texto em História, que tinha por objetivo transmitir o meu aprendizado de investigação. Foi uma experiência muito interessante para mim e para os discentes. Mas também tenho aprendido muito com os meus alunos, seja de graduação, seja da pós-graduação. As novas gerações trazem questões novas, a partir de perspectivas originais, contribuindo para revitalizar o campo historiográfico. Elas não têm ainda um olhar viciado nas velhas interpretações, e, por isso, conseguem avançar o debate e propor análises instigantes. Minha relação com os jovens é, sobretudo, uma relação de troca e aprendizado.

[R.T.]: Sua trajetória intelectual se tornou uma referência incontornável para os estudos sobre a América Portuguesa, especialmente pelas contribuições à história política e administrativa do período colonial. Olhando para o seu percurso como pesquisadora, quais experiências, encontros intelectuais ou inquietações de pesquisa foram mais decisivos na formação da historiadora que você se tornou?

[A.R.]: Desde cedo, ainda na graduação, abracei a história colonial como o meu campo de interesse. Tive o privilégio de ser aluna do professor José Roberto do Amaral Lapa, nos idos dos anos 80, e com ele aprendi a paixão por esse período histórico. Suas aulas eram fascinantes! Hoje, olhando para a minha trajetória, consigo identificar um núcleo de problemas comuns, uma forma de pensar o passado, uma agenda coerente de pesquisa — enfim, os objetos que estudei são desdobramentos de um mesmo

repertório de questões. E esse repertório, muito tributário da história cultural, de autores como Jacques Le Goff, E.P. Thompson e Carlo Ginzburg, poderia ser resumido da seguinte forma: como homens e mulheres conferiram sentido ao mundo em que viviam, como elaboraram formas de entender a realidade à sua volta, e, ao mesmo tempo, como essa realidade é também expressão dessas crenças, valores e concepções. Nos anos 80, os historiadores estavam interessados em estudar essas questões a partir da religiosidade. Desde aquela época, me interessei por investigar como homens e mulheres do período colonial concebiam o universo da política: o que era o poder, quais eram as concepções e valores que o sustentavam, como se legitimava a ordem política... O meu percurso de investigação, nos últimos trinta anos, tem buscado responder a essas questões. E a corrupção me proporcionou, mais do que qualquer outro objeto, a possibilidade de mergulhar no imaginário político do período colonial, desentranhando visões de mundo e comportamentos. Evidentemente, toda essa trajetória tem como fundamento a ideia do passado como terra estrangeira – ideia que tem pautado a minha atuação como docente e pesquisadora.

[R.T.]: Ao longo de décadas dedicadas à pesquisa e ao ensino, houve algum momento, descoberta documental ou experiência em arquivo que tenha transformado profundamente sua maneira de compreender a história colonial?

[A.R.]: Vivi momentos maravilhosos nos arquivos. Lembro-me, por exemplo, da tarde em que, no distante ano de 1993, localizei o processo movido pela Inquisição contra Pedro de Rates Henequim; ou da manhã, em 2003, em que encontrei a devassa do motim de Catas Altas, ocorrido entre 1718 e 1719. Ambas as descobertas aconteceram no Arquivo da Torre do Tombo. Mas a descoberta que mudou a minha forma de compreender a história foi, sem dúvida, as sátiras escritas em Vila Rica, no ano de 1732. Foram elas que despertaram o meu interesse pela história da corrupção. Ali, a crítica implacável a um governante corrupto mostrou-me que havia limites morais para o exercício do poder: roubar os vassalos constituía uma transgressão inaceitável desses limites. Percebi que a corrupção estava na ordem do dia da sociedade colonial, em oposição aos autores que negavam a sua validade nos contextos históricos anteriores ao século XIX. As sátiras são um fragmento do imaginário político setecentista, e, a partir delas, pude iniciar o meu percurso pela história da corrupção.

[R.T.]: Este dossiê propõe revisitar temas como a administração colonial entre negociação e conflito, os sertões como espaços de circulação e o papel dos indígenas como sujeitos históricos. Como você avalia os rumos atuais desses estudos? E de que maneira a superação de uma visão excessivamente consensual da colonização tem permitido a emergência de novos objetos e agendas de pesquisa na historiografia contemporânea?

[A.R.]: Nas últimas décadas, os estudos sobre os sertões promoveram um deslocamento importante na interpretação tradicional de que esses espaços seriam caracterizados pelo isolamento e pelo imobilismo. Minha colega Isnara Pereira Ivo, de saudosa memória, escreveu belas análises em que os sertões são, antes de tudo, espaços dinâmicos de circulação de homens, mulheres, ideias e mercadorias, verdadeiros palcos de mestiçagens biológicas e culturais. É esse também o pano de fundo dos trabalhos filiados à história indígena. O conceito de agência, tomado de empréstimo das Ciências Sociais, operou uma renovação na historiografia sobre a escravidão e as populações indígenas. No passado, os trabalhos limitavam-se a apresentá-los como meros espectadores de uma história protagonizada por colonizadores, negando a eles o papel de sujeitos históricos. Noções como resistência e negociação ampliaram significativamente o nosso entendimento da atuação desses grupos. Destaco aqui o livro de Adriano Toledo Paiva, intitulado *O Domínio dos índios: catequese e conquista no sertões de Rio Pomba (1767-1813)*, em que ele mostra as estratégias de resistência dos indígenas, a partir do conceito de etnogênese, que é o processo de reconfiguração das identidades indígenas no contexto da conquista. Como muitos colegas, rejeito as análises que reiteram uma visão consensual da colonização. Ao longo da minha experiência com as fontes, jamais encontrei uma representação do mundo colonial como estável, harmonioso ou consensual. Muito pelo contrário. Tanto a percepção da administração portuguesa, particularmente do Conselho Ultramarino, quanto a dos vassalos americanos, é de um mundo à beira do precipício, atravessado por toda sorte de conflitos, e cujas dinâmicas políticas resultavam da competição feroz pelos recursos econômicos. Marco Antônio Silveira é um dos historiadores que mais tem explorado essa dimensão da sociedade colonial, para a qual ele emprega a expressão “colonização como guerra”. Penso que há uma grande distância entre reconhecer a negociação como uma das formas de resistência, e afirmar que a colonização foi um processo consensual. Prefiro conceber a história colonial de uma perspectiva do conflito. E a corrupção também pode ser lida como uma das modalidades de disputa pelo excedente colonial: por meio dela, os grupos se apropriavam de uma parte dos bens produzidos pela república. E, em muitos casos, a corrupção constituía mesmo um meio de negociação, uma vez que a Coroa Portuguesa franqueava a determinados

indivíduos o direito à prática de ilicitude. Ou seja, a corrupção podia ser um privilégio desfrutado por alguns grupos, com o aval tácito da metrópole.

[R.T.]: Você tem se dedicado intensamente à temática da corrupção na Época Moderna, pesquisa que foi coroada com a publicação de dois livros que já se tornaram referências: **Corrupção e poder no Brasil: Uma história, séculos XVI a XVIII (2017)** e **LADRÕES DA REPÚBLICA: Corrupção, moral e cobiça no Brasil, séculos XVI a XVIII (2023)**. Como você avalia o impacto de sua pesquisa sobre os estudos e a historiografia da corrupção, considerando que, até recentemente, o tema era alvo de um "desconcertante silêncio" no campo luso-brasileiro?

[A.R.]: Tenho estudado a história da corrupção há mais de vinte anos. É um objeto com o qual me deparei ao longo das minhas pesquisas sobre outros temas. E uma das minhas surpresas foi constatar que os historiadores do período colonial pouco se interessavam pela corrupção. Quando comecei, havia duas obras fundamentais sobre a corrupção na América Portuguesa: o livro *Negócios de trapaça*, do querido e saudoso Paulo Cavalcante, e a tese de doutorado de Ernst Pijning, defendida na Johns Hopkins University, em 1997, sob o título *Controlling Contraband: mentality, Economy and Society in Eighteenth-Century Rio de Janeiro*. Esses dois trabalhos têm como foco o problema das práticas ilícitas, com destaque para o contrabando. Esse silêncio desconcertante tem origem numa série de interpretações equivocadas sobre as dinâmicas políticas do mundo colonial. Meu primeiro livro foi, sobretudo, uma tentativa de mostrar que não só existia corrupção – num sentido bastante particular – mas que ela era também objeto de preocupação na literatura político-moral de toda a Época Moderna. E pouca novidade havia nessa afirmação: autores como Charles Boxer, Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro já haviam chamado a atenção para a generalização das ilegalidades na sociedade colonial. Falar de corrupção significava colocar em xeque a imagem de um império português administrado por indivíduos insuspeitos e honestos, interessados em valores nobiliárquicos, como glória e fama. Nos últimos anos, a história da corrupção tem suscitado o interesse por parte dos jovens historiadores. Orientei dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema; tenho dialogado com muitos investigadores. No entanto, o tema continua a ser marginal e, muitas vezes, enfrenta o ceticismo dos historiadores. Há um longo caminho a percorrer, sobretudo se compararmos com o atual estágio das pesquisas no âmbito da historiografia hispano-americana.

[R.T.]: Frequentemente, a historiografia sobre o Antigo Regime argumentou que aplicar o conceito de corrupção a esse período seria um anacronismo, dada a suposta inexistência de uma separação clara entre as esferas pública e privada. Contudo, em seus trabalhos, você propõe uma inversão provocativa: a de que o uso corrente do termo em nossos dias é que seria, em certa medida, uma apropriação anacrônica, já que a sociedade contemporânea não se concebe mais como um "corpo" e, portanto, não é mais passível de uma "degradação física" simbólica. Por que essa resistência historiográfica foi tão duradoura e o que se entendia efetivamente por "corrupção" entre os séculos XVI e XVIII? Em que medida a metáfora orgânica e a linguagem médica da época, que tratavam o enriquecimento ilícito como uma enfermidade do corpo da República, permitem que esse conceito seja melhor aplicado às sociedades de Antigo Regime do que às nossas?

[A.R.]: No século passado, a historiografia sobre a corrupção incorria em anacronismo quando projetava sobre o passado o significado contemporâneo dessa palavra. Ou seja, liam o passado a partir de categorias do presente, além de emitir juízos de valor sobre a conduta dos indivíduos. Hoje, os estudos têm como ponto de partida o levantamento dos conteúdos da palavra corrupção em seu contexto histórico, mediante a consulta de dicionários, tratados e escritos político-morais. Não só a palavra corrupção existia, como ela também designava os efeitos das ilicitudes no governo das repúblicas. Corrupção significava então o apodrecimento do corpo político – em analogia à degeneração do corpo biológico. Assim, condutas e práticas que violassem o bem comum resultavam na corrupção da república, e havia todo um vocabulário que, inspirado nos textos médicos, buscava traduzir esse fenômeno. Hoje, usamos a palavra corrupção para descrever as más condutas políticas, sem que haja uma analogia entre o corpo político e o corpo biológico. Ou seja, tomamos de empréstimo um conceito que, no passado, só fazia sentido no interior de uma determinada visão da sociedade política. O debate sobre o público e o privado exige alguns esclarecimentos, pois essas categorias têm sentidos diferentes, a depender de quem fala. No caso dos meus estudos, as noções de público e privado têm um sentido muito específico, bastante diferente daqueles enunciados por Jürgen Habermas a respeito da esfera privada; ou dos estudados por Georges Duby e Philippe Ariès, como sinônimos de publicidade e privacidade. Aqui, essas noções remetem às dimensões coletiva e individual: público designa o que é de interesse ou utilidade de todos, isto é, o coletivo; em oposição

ao privado, referido ao interesse ou utilidade individual. Esses sentidos aparecem claramente delineados nos textos do período moderno, a exemplo do dicionário de Bluteau, em que o bem comum é sinônimo de bem que pertence a todos, que é comum a todos os vassalos, ao passo que o bem particular diz respeito ao bem individual. Procuro mostrar que há uma percepção muito clara a respeito do bem comum ou público: muitas autoridades coloniais – sobretudo camaristas – foram acusados de tomar para si os bens que pertenciam à República, como é o caso de Pedro Taques d Almeida, denunciado, em 1706, de ter tomado para si um capão pertencente ao rossio. Diziam os denunciantes que essa apropriação era contrária à “utilidade pública”, posto que era utilizado para o “bem comum de todo esse povo, para tirarem madeiras, lenha, canas, e cipós como mais destinado para o bem comum sem contradição de pessoa alguma.” Outros governantes furtaram a Fazenda Real, infligindo prejuízo ao monarca; outros ainda lesavam os moradores, por meio de cobranças indevidas. Todas essas práticas redundavam na corrupção da república, e, por isso, foram intensamente denunciadas ao longo do período colonial. Talvez a melhor forma de sintetizar todas essas minhas observações seja dizer que o bom governante é aquele que coloca o interesse comum acima dos próprios interesses. Se ele busca o enriquecimento pessoal, ele já transgrediu as normas morais do ato de governar - e, como o Fanfarrão Minésio, personagem central das Cartas Chilenas de Tomás António Gonzaga, ele é indigno de continuar no cargo.

[R.T.]: Embora a corrupção compreenda um processo que ocorra “por debaixo dos panos”, suas pesquisas revelam que os arquivos brasileiros e portugueses, na verdade, abundam em denúncias de contrabando, suborno e enriquecimento ilícito. Diante dessa aparente contradição, entre o seu caráter oculto e a sobrevivência do registro, como se dá o desafio metodológico de ler essas fontes? De que maneira o uso da micro-história e da história dos conceitos permite ao historiador decifrar os silêncios da documentação oficial e identificar as estratégias de dissimulação, especialmente quando os agentes utilizavam a retórica do “bem comum” para encobrir interesses puramente particulares?

[A.R.]: Excelente pergunta! Uma das principais dificuldades reside no fato de a corrupção ser uma prática de bastidores. Via de regra, não há rastros ou indícios. Isso exige que o estudioso mobilize um vasto corpus documental e proceda ao cruzamento de fontes de natureza heterogênea. Meus estudos incidem mais nas formulações do conceito de corrupção e suas apropriações no contexto luso-

brasileiro, filiando-se, portanto, à história dos conceitos. Esta é uma das faces do campo da história da corrupção. Outra diz respeito às práticas, o que impõe o recurso à micro-história e ao cruzamento das fontes. Um exemplo de uma abordagem muito bem-sucedida nessa área é o livro de Rubén Gálvez, publicado na Espanha no final do ano passado, intitulado *Una historia de poder y corrupción: el Gobierno del virrey del Perú Melchor de Navarra, duque de la Palata (1681-1689)*. Nesse livro brilhante, ele reconstituiu a fortuna do duque de la Palata, vice-rei do Peru entre os anos de 1691-1697. Para tanto, consultou arquivos cartoriais de Lima, Sevilha e Madrid, que lhe permitiram identificar as escrituras e os contratos de compra e venda de bens. O levantamento é impressionante pela robustez e rigor da pesquisa documental – e, para nós, historiadores da corrupção, revela as potencialidades de uma investigação dos bastidores. No caso do duque de la Palata, havia um propósito deliberado em ocultar não só as práticas ilícitas, mas também o resultado delas. Afinal, o vice-rei sabia das graves implicações da publicidade de suas ações; e ele tudo fez para camuflar a extensão de seu rico patrimônio. Ao longo dos últimos anos, estudei a trajetória de muitos indivíduos metidos em fraudes. Jamais encontrei um governante – fosse um governador ou oficial régio – que assumisse a culpa pelas suas faltas. Mesmo nas situações mais comprometedoras, a defesa resume-se ao princípio do bem comum, uma vez que essa é uma forma de afastar de si qualquer suspeita de interesse privado. O mais surpreendente, porém, é que havia, por parte dos moradores da América Portuguesa, uma clara percepção de que a noção de bem comum se prestava a todo tipo de manipulação. Penso que a história da corrupção é particularmente desafiadora porque é uma história dos indícios e dos casos particulares, embora jamais renuncie à formulação de enquadramentos gerais.

[R.T.]: Em seus trabalhos, percebe-se uma preocupação em revisar categorias tradicionais e questionar interpretações consolidadas sobre a administração portuguesa na América. De que maneira a história da corrupção, tanto em suas abordagens metodológicas quanto em suas proposições analíticas, tem contribuído para renovar ou mesmo redefinir os estudos sobre a América Portuguesa? E quais novas possibilidades de pesquisa esse campo ainda pode abrir para a historiografia colonial?

[A.R.]: No período colonial, a corrupção estava em todos os lugares. Ela se infiltrava pela administração e moldava a atuação dos seus oficiais. Hoje, um estudo sobre história administrativa não pode prescindir de uma análise das ilicitudes. Michel Bertrand, historiador francês, escreveu um belo

livro sobre a Real Fazenda no México, entre os séculos XVII e XVIII, onde ele examina a enorme distância entre as normas e regulamentos dessa instituição, e a realidade cotidiana do funcionamento dela. Havia todo um universo de condutas irregulares que se impunha a ponto de converter a Real Fazenda num instrumento de enriquecimento pessoal dos seus oficiais. Aqui, em Minas Gerais, os estudos mostram que as Intendências eram espaços de subversão das normas: fraudava-se a contabilidade dos quintos, subornavam-se os funcionários, furtavam-se valores. A corrupção é uma realidade incontornável nos estudos sobre administração; o estudioso que omite-la está fadado a produzir uma visão completamente distorcida da sua lógica de funcionamento. Mas não é só o campo da administração que se renova com o estudo da corrupção. A corrupção joga luzes também sobre a dinâmicas das redes pessoais – um dos aspectos mais centrais das sociedades do Antigo Regime – na medida em que as ilicitudes se sustentavam em vínculos, tecidos a partir dos mais diferentes critérios e estratégias, e que, muito frequentemente, interligavam regiões geograficamente distantes. A corrupção relativiza a imagem dos oficiais régios como alter ego do monarca, isto é, como representantes dos interesses régios. Na prática, esses indivíduos atuavam em favor dos interesses próprios e dos de sua clientela, e não raro, acabavam por subverter o papel que deveriam cumprir na administração local. Nessa perspectiva, a administração revela-se como um campo de disputa dos interesses dos diversos grupos sociais. Como os estudos têm mostrado, as elites – organizadas em bandos e facções – buscavam cooptar esses oficiais, submetendo-os à sua esfera de influência, tomando de assalto as instituições de governo.